



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

**A inserção da inserção da criança com autismo na escola:
contribuições ao desenvolvimento integral**

Gama-DF

2022

HAYLA NATHALLY OLIVEIRA ANDRADE

A inserção da criança com autismo na escola: contribuições ao desenvolvimento integral

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em pedagogia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Profa Glauciana de Araújo Soares

Gama-DF

2022

HAYLA NATHALLY OLIVEIRA ANDRADE**A inserção da criança com autismo na escola: contribuições ao desenvolvimento integral**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em pedagogia pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 01 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora

Profa. Glauciana de Araújo Soares
Orientadora

Profa. Rhemora Urzeda Ferreira
Examinadora

Profa. Flávia Giustina Pinheiro
Examinadora

A inserção da criança com autismo na escola: contribuições ao desenvolvimento integral

Hayla Nathally Oliveira Andrade¹

Resumo:

A legislação do nosso país assegura uma educação igualitária para todas as crianças. Porém a prática é um pouco controversa da teoria que é determinada por lei, principalmente no que tange a inserção das crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a assistência que as escolas deveriam oferecer para essas crianças. O presente artigo objetiva pontuar as principais nuances sobre as particularidades do TEA e como esse diagnóstico precoce pode auxiliar no desenvolvimento da criança no ambiente educacional, no que se refere ao seu desenvolvimento pedagógico e social. Nesse sentido, a pesquisa tem o objetivo geral de tornar público as dificuldades da inserção da criança com autismo, para contribuir para conscientização da população acerca da importância da introdução das crianças com autismo no contexto escolar regular para que essa criança obtenha um desenvolvimento gradativo e como essa influência afeta diretamente na evolução dessas crianças tal qual age no processo de formação individual e social. O estudo foi dado a partir de uma pesquisa exploratória descritiva através de uma revisão bibliográfica sobre o tema, bem como legislações de amparo para a causa a fim de descrever o assunto abordado e fornecer informação àqueles que ainda não possuem conhecimento sobre a temática.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Inserção; Desenvolvimento.

Abstract:

Our country's legislation ensures an equal education for all children. However, the practice is somewhat controversial from the theory that is determined by law, especially regarding the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) and the assistance that schools should offer to these children. This article aims to point out the main nuances about the particularities of ASD and how this early diagnosis can help in the development of the child in the educational environment, with regard to their pedagogical and social development. In this sense, the research has the general objective of making public the difficulties of inserting a child with autism, to contribute to the awareness of the population about the importance of introducing children with autism into the regular school context so that this child obtains a gradual development and how this influence directly affects the evolution of these children as it acts in the process of individual and social formation. The study was given from a descriptive exploratory research through a bibliographical review on the subject, as well as supporting legislation for the cause in order to describe the subject addressed and provide information to those who still do not have knowledge about the subject.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Insertion; Development.

¹Graduanda do Curso de Pedagogia, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.
E-mail: contatohaylaandrade@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo possui o intuito de compreender os benefícios para o desenvolvimento de crianças com autismo a partir da sua inserção no ambiente escolar regular e como essa inclusão auxilia na evolução da criança com resultados permanentes no progresso do indivíduo.

A importância do tema abordado refere-se à compreensão do processo da criança autista a partir dessa inserção no sistema de educação regular e suas contribuições, uma vez que o ensino inclusivo é um direito adquirido e é dever de toda a sociedade aceitar e respeitar as diferenças. Partindo disto, foi abordado um estudo voltado para a inserção dos alunos com Transtorno do Espectro Autista em escolas regulares, pois geram importantes pilares, bem como, a maneira de aceitar e trabalhar essa inclusão, que vai muito além de teorizar.

Em 1943, Leo Kanner introduzia uma nova patologia na sociedade, na época conhecida como o distúrbio autístico de contato afetivo, hoje chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Antes do diagnóstico real, crianças eram tidas com debilidades mentais e até mesmo esquizofrenias diversas. Em seu artigo, Kanner retrata que “‘distúrbio patognomônico’ tratava-se da incapacidade de se relacionar de maneira normal com pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas.” (KANNER, 1943, p.242, grifo do autor). Kanner respaldava a diferença entre as debilidades mentais e do transtorno autista visto que eles tinham bom vocabulário para os que possuam linguagem e enfatizava o considerável nível intelectual das crianças autistas.

Com tudo, conformou-se o objetivo geral da pesquisa, conhecer os benefícios da inserção de alunos com autismo em salas regulares para o desenvolvimento buscando a reflexão social acerca do assunto. Busca-se conhecer essa problemática tão presente nos dias atuais em nossa sociedade, para assim, informar a sociedade sobre os benefícios da inclusão de crianças com autismo em salas regulares de ensino e seus impactos na vida social dessas crianças dado que seus principais empecilhos sejam a comunicação e interação social.

Foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos dentre os quais: compreender como funciona a inserção de crianças autistas no sistema regular de ensino e suas especificidades; destacar o papel da escola e do docente e como a relação professor e aluno podem ajudar no desenvolvimento de crianças autistas; e apresentar os principais tipos de tratamentos para o Transtorno do Espectro Autista.

A escolha do tema deu-se pelo fato do estigma desta problemática girar em torno do pouco conhecimento sobre o caso, inicialmente relacionado à sociedade que não compreende as dificuldades da inserção de crianças com autismo em escolas regulares, como também o despreparo de profissionais para comandar turmas que tenham a presença de crianças com o espectro, pois geram consequências graves que impactam na construção de uma sociedade desigual.

A inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular gera, até hoje, polêmica e amplos debates em razão das complexas características presentes nos alunos que são inseridos neste ambiente escolar. Como pontua as autoras, Bandre e Zanfelize (2012, p. 44) ao dizer que “receber alunos com transtornos invasivos do desenvolvimento é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois deduz utilizar as adequações ambientais curriculares e metodológicas”. Todavia a ideia de SCARDUA (2008) mostra que “pode ser mais difícil do que parece, pois para que ocorra essa inclusão é necessário comprometimento de todos os envolvidos que participam da vida escolar”.

Nessa continuidade, a problemática da pesquisa se dá em como funciona a inserção dessas crianças em turmas regulares para obtenção do ensino igualitário, garantindo a inclusão dessas crianças e auxiliando no desenvolvimento integral deles?

Ao falarmos de inclusão de crianças com autismo em turmas regulares falamos sobre incluir pessoas em grupos que antes não fazia parte. Socialmente, a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade. Possibilitando o convívio social igualitário a partir da intervenção docente visando o bem comum e estabilidade emocional futura.

Em relação à coleta de informações, este trabalho utilizou como metodologia o método dedutivo, a partir da revisão de literatura, realizada por meio de revisão bibliográfica, a partir de consultas virtuais e em livros físicos, revistas, monografias e artigos científicos, focados em compreender os benefícios da inserção de crianças com autismo, visando a resolução de problemas por meio de referências teóricas publicadas, análises e discussões de contribuições científicas.

Diante do exposto, esse artigo estrutura-se da seguinte maneira: o item 2 traz uma breve abordagem sobre o transtorno do Espectro Autista e sua inserção no Sistema Regular de Ensino e as suas peculiaridades no âmbito escolar, enfatizando as nuances da inserção do aluno com

transtorno do Espectro Autista no sistema regular de ensino; e o papel do professor no desenvolvimento das crianças autistas no sistema regular de ensino. O item seguinte (3) é encontrado os Procedimentos Metodológicos que se fundamentam esse artigo. O item 4 propõe a apresentação e análise dos dados revisando as obras literárias presente em todo o artigo. E por último, o item 5 expõe as considerações finais acerca dos resultados obtidos ao decorrer da pesquisa. .

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – INSERÇÃO NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO E AS SUAS PECULIARIDADES NO ÂMBITO ESCOLAR

2.1 Inserção do aluno com transtorno do Espectro Autista no sistema regular de ensino: especificidades

O transtorno do espectro autista é um distúrbio que se torna cada dia mais comum em nossa sociedade. Alguns empecilhos são postos diante de pessoas com essa condição, como: acessibilidade, inclusões sociais, inclusões pedagógicas de aprendizagem e etc. Alguns acessos são negados a essas pessoas por falta de conhecimento e preparação. A inserção dessas crianças no sistema regular de ensino é um dos tabus mais presentes na vida de pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, pelo despreparo dos profissionais, das instituições e também das próprias famílias por não conhecerem seus direitos. Prejudicando diretamente o desenvolvimento dessas pessoas que necessitam da inclusão, do convívio social e desenvolvimento coletivo para uma qualidade de vida melhor.

A legislação brasileira assegura no art. 1º, da lei 12.764/12 que toda criança com transtorno do espectro autista tem direito à educação e ao ensino profissionalizante. Garantindo assim uma educação igualitária e inclusiva onde a criança autista tenha os mesmo direitos que as demais crianças no sistema regular de ensino. Gerando futuros alunos socialmente desenvolvidos bem como, crianças alegres e de fácil comunicação.

(...) assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino. (BRASIL, 2008, p.14)

Diante do exposto é tangível a importância da inclusão e o quanto é crucial para o processo de reconhecimento da heterogeneidade da pessoa autista. No entanto a prática parece ser controversa do que é descrito na teoria, visto que, algumas crianças autistas apresentam comportamentos que podem tornar a inclusão um desafio para aquele que busca o combate às atitudes discriminatórias e a reclusão dessas crianças com o espectro.

Atualmente o maior desafio enfrentado no meio educacional é garantir uma educação igualitária para todos, sem distinções. Em 27 de dezembro de 2012 foi instaurada a lei 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Com isso, as pessoas com autismo passam a ter direitos de inclusão no país, entre eles, o direito à Educação. Também de acordo com a lei a criança autista tem o direito a um acompanhante especializado para ser o mediador pedagógico e social dessa criança. Assim, HECK (2015, p. 11) nos confirma, “dessa forma não deve haver distinção de nenhum indivíduo inserido no ambiente escolar, para que ocorra o processo de aprendizagem da melhor forma possível”. Os estigmas que rodeiam a pessoa com autismo ainda são muitos, porém é imprescindível que qualquer pessoa presente na sociedade seja vista como capaz, e com direitos, principalmente à saúde e à educação, seja ela com deficiência ou não.

É importante destacar que, o aluno com autismo apresenta diversas características que implicam, desde as suas relações sociais até a sua linguagem, necessitando, assim, de apoio no seu processo de ensino-aprendizagem. Levando em consideração, a idealização de educação para todos, no ponto de vista de introduzir esses alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, entende-se que esse fato vem ocorrendo em nosso cenário educacional com mais frequência.

Com o passar dos anos as condições das crianças autistas foram desmitificadas e foi considerado o real fator deste espectro: a convivência social. Entretanto, as reais características de uma criança com Transtorno do Espectro Autista ainda são diversas e particulares variando de um para o outro.

“Tanto Kanner (1943) e Asperger (1944) empregaram o termo para chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão de isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas se caracteriza, sobretudo, pela dificuldade de manter contato afetivo com os outros, de modo espontâneo e recíproco”. Bosa (2002, p. 26).

Levando em consideração esses aspectos, o comportamento social de uma criança autista deve-se pela falta de interação, seja física, afetiva ou visual. Naturalmente a criança com TEA se isola da sociedade por essa rejeição de convivência o que está diretamente ligado à sua dificuldade de relações sociais e permanência dessas uniões.

Segundo (Pinto, 2021) “a proposta de inclusão visa uma escola com olhar abrangente à criança como um todo, ou seja, o autista visto como uma pessoa deficiente necessitando de adaptações específicas e em reconhecimento de habilidades”. A criança autista não deve partir do estigma de que não é capaz de se incluir no meio escolar regular, haja vista que, o olhar sobre uma criança autista deve ser amplo, promovendo várias possibilidades a serem criadas para ela.

A inclusão de modo geral vem avançando com o passar dos dias, principalmente em escolas regulares, uma vez que, para o autista é proporcionado um desenvolvimento aumentando assim suas potencialidades, tornando-se um lugar onde eles possam se sentir a vontade e acolhidos para viver em sociedade e em seus meios sociais e familiares.

A educação inclusiva faz-se necessário quando as crianças conseguem compreender as diferenças e assim aceitá-las, assimilando que cada especificidade requer um tratamento diferente. Salamanca (1994) destaca “toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a ela a oportunidade de atingir e manter um nível adequado de aprendizagem”.

Portanto, a educação igualitária deve ser assegurada para a criança autista, garantindo que, o acesso à educação, e a aprendizagem sejam adquiridos de forma regular, bem como, todos os outros alunos da mesma classe. Utilizando de recursos e práticas pedagógicas capazes de ensinar de forma equânime sem prejuízos para nenhum aluno. Promovendo uma educação inclusiva onde não apenas a criança autista sai beneficiada, mas também é oferecido para que as outras crianças vivam e vivenciem a diferença.

Desta forma, quando o ambiente escolar acolhe a criança autista e a possibilita ser quem ela é, tendo suas limitações e vencendo obstáculos da sua maneira e em seu tempo, ofertando uma inclusão clara e confortável, os resultados são explícitos e gratificantes, tanto para instituição, como para a família que pode observar os desenvolvimentos da criança.

2.2 O papel do professor no desenvolvimento das crianças autistas no sistema regular de ensino.

Em 1950, teve início no Brasil a formação de professores especializados, envolvidos com a integração, com o objetivo de preparar os alunos para a entrada em classes comuns, devendo a deficiência ser superada para adaptação do aluno à escola, sendo essa uma das grandes diferenças entre integração e inclusão, na última essa transformação deve ocorrer também na escola. (CARNEIRO, 2012).

A inclusão dessas crianças no contexto escolar ainda causa preocupações nas famílias que confiam seus filhos às instituições. Por isso, Scardua (2008) acredita que inclusão escolar só acontece quando há comprometimento de forma geral por parte da comunidade escolar, alunos, professores, pais, diretor, enfim, todos que participem da vida escolar, direta ou indiretamente. Reforçando a importância da participação familiar em conjunto com a escola para a formação do indivíduo que posteriormente será inserido no contexto social.

Falando do outro lado dessa introdução temos o lado docente, os professores que devem exercer a função de tornar essa introdução mais tranquila e natural. Diante disto, Gikovate (2009, p.15), ressalta que para haver realmente uma inclusão escolar da criança com autismo é importante levar em consideração qual a necessidade desta criança e a partir disso deve-se fazer adaptações na sala de aula. Considerando esses pontos, Lopes e Pavelacki (2005, p.3) ressaltam que além das técnicas que se utiliza em sala, a rotina diária é muito importante na educação do autista, a qual não deve ser alterada, pois qualquer mudança pode refletir no comportamento da criança.

Assim, Oliveira (2020) relata que “o indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo”.

Dessa forma, o educador deve ter a responsabilidade de inovar em suas práticas pedagógicas, trabalhando a compreensão e flexibilidade dentro do seu âmbito escolar, tornando-se consciente do desafio que é educar um aluno com Transtorno do Espectro Autista.

“É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhem junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...]”. Orrú (2003, p.1)

Essas práticas minimamente estudadas e elaboradas têm o simples objetivo de proporcionar ao aluno autista uma educação igualitária, para que, a partir de seus limites, sejam trabalhadas formas práticas e pedagógicas de ensiná-los com qualidade, mantendo-se rotinas.

Com isso podemos esclarecer pontos norteadores para que docentes de turmas regulares inclusivas estejam atentos às especificidades de seus alunos, preparando-lhes aulas pensadas especialmente em suas limitações pessoais para que o grupo como um todo consiga absorver o conhecimento. Além disso, Miranda e Filho (2012, p.12) destacaram que, “nesse processo, o educador precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes [...]”, trazendo assim a perspectiva de que o educador deve buscar a melhor maneira para que, de uma forma igualitária consiga aflorar a autonomia de seus alunos por meio do ensino.

Santos (2008) declara que o papel da escola quanto à investigação diagnóstica é fundamental, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança fora do contexto familiar, quando inserida em um novo ciclo social. Nesse novo ambiente a criança tende a apresentar mais dificuldade em se adaptar às regras sociais – o que se torna ainda mais difícil para uma criança autista.

A relação do educador e da criança autista é fundamental para a formação dos alunos e para isso Freitas (2008) defende que o modelo de mediação que envolve o aluno, o professor e a cultura é um modelo pertinente para a educação inclusiva. Destacando que não há evolução sem as relações sociais e comunicação interpessoal.

Furlanetto (2011) observa que na formação de professores não há diálogo em concordância com as práticas, portanto, estas ficam inalteradas. A autora defende ainda que, ao invés de basear-se apenas na teoria, a formação do docente deveria buscar a junção da teoria com a prática. Lopes (2011, p.17) destaca “desta forma, por meio da relação entre teoria e prática, da volta à escola, da escuta de professores e da construção conjunta, é possível pensar em uma escola inclusiva e construí-la”.

Considerando os pensamentos de Furlanetto e Lopes, conceitua-se a importância da teoria estar em conjunto com a prática no que tange a formação do docente que lidará de forma direta com a inclusão. Tendo em conta o valor desse diálogo para a formação das crianças. Por vezes a má formação do profissional para lidar com as diferenças de alunos no sistema regular gera a dificuldade de aprendizado que enfrentamos atualmente, assim como apontam (Camargo et al., 2020) quando diz que “essa dificuldade parece estar relacionada à pouca apropriação das professoras sobre as especificidades do TEA e conseqüentemente sobre elas não saberem o que e como trabalhar com esses alunos em sala de aula”. Reforçando então a perspectiva que mostra o quanto importante é o preparo e conhecimento do professor para lidar com situações importantes

para a inclusão da criança TEA no âmbito escolar, utilizando de meios, práticas e técnicas adequadas e viáveis para esse processo de inclusão e desenvolvimento social.

Tendo em vista os aspectos observados é possível concluir que a formação adequada e qualificada dos profissionais para uma educação de qualidade proporcionada para crianças autistas causa um impacto positivo significativo na vida dessas crianças, gerando melhorias sociais, pedagógicas e comportamentais. A partir de uma estratégia apropriada que visa a inclusão e a participação da criança autista, provocando assim uma interação natural. Provando assim o valor vital de uma formação especializada no autismo e suas especificidades para a educação.

2.3 Principais tipos de tratamentos do Transtorno do Espectro Autista. – TEA.

Na hora da escolha de uma terapia adequada para crianças com Transtorno do Espectro Autista, é preciso atentar-se uma vez que o diagnóstico deve ser concreto, requerendo uma vasta experiência clínica e capacitação do profissional. (LEITE et al, 2015).

Para enfatizar a ideia da importância do tratamento a legislação brasileira nos traz a lei 14.254/14 que nos assegura no art. 4º “necessidades específicas no desenvolvimento do educando serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde”. Dando garantia às crianças de uma parceria conjunta entre a escola e os profissionais da saúde proporcionando assim, um desenvolvimento integral para a criança.

Um diagnóstico confiável traz uma segurança para a família em saber que está em busca do melhor tratamento para criança, visando seu bem estar social, uma melhoria na interação da criança, bem como sua fala, sem a interferência negativa de um efeito adverso.

Montenegro (2018, p. 91) ressalta que “um dos maiores desafios no tratamento da criança com transtorno do espectro autista (TEA) é a inclusão escolar”. Ela afirma também que “adaptações pedagógicas fazem parte do tratamento da criança com TEA”. A inclusão escolar e social está no topo da lista como um dos principais tratamentos para crianças com o transtorno do espectro autista, visto que, a principal característica do autismo é a dificuldade no convívio social e afetivo nas diferentes áreas de convivência da criança. Assim como aponta LIMA (2014, p. 116) “as relações com as pessoas, por outro lado, estavam gravemente perturbadas”. O autor faz alusão à dificuldade do convívio social que apresenta as pessoas com TEA.

Há o que podemos chamar de tratamentos não medicamentosos para o transtorno do espectro autista através de terapias precoce a fim de fortalecer o desenvolvimento dessas pessoas.

Um desses tratamentos chama-se *Fonoterapia* que possui foco principal nas alterações de qualidade entre a dificuldade de interação, de comunicação verbal e não verbal, os padrões restritos e repetitivos de comportamento. (American Psychiatric Association, 2013). O objetivo das intervenções de qualquer tipo é o de minimizar déficits com a finalidade de fortalecer as habilidades das crianças em busca de sua autonomia e qualidade de vida. Assim destaca (Lima, 2012).

A autonomia infantil é muito importante, principalmente em casos de crianças com transtorno do espectro autista, haja vista, que essas crianças mantêm pouca convivência social e contato físico com demais crianças. Nesse momento trabalhar sua autonomia é de suma importância para que futuramente o convívio em sociedade possa ser mais claro e natural.

Outro tratamento não medicamentoso é a *Terapia Ocupacional*, nela será trabalhada a comunicação do paciente, sua interação com outras pessoas, sua autonomia em atividades cotidianas, habilidades motoras, sentimentos e reflexos. Montenegro e Mesquita (2018, p.76).

Evidenciando os problemas sensoriais sofridos pelas crianças com transtorno do espectro autista, esse tratamento busca identificar esses problemas sensoriais com o intuito de que essa criança consiga externalizar naturalmente aquilo que a incomoda.

Falando de mais um tratamento, temos a *Terapia Comportamental*:

“diversas habilidades são trabalhadas durante todo o processo terapêutico, dentre elas: os comportamentos acadêmicos que são requisitos para a escrita, leitura, interpretação e matemática; Além disso, o objetivo também é desenvolver e treinar habilidades de vida diária”. (Roane et al., 2016).

Sendo assim, nessa etapa terapêutica várias questões cognitivas da criança serão trabalhadas, bem como a maneira que seu comportamento interfere diretamente no seu desenvolvimento em todos os seus domínios, podendo assim trabalhar diretamente no foco específico daquele paciente e sua maior dificuldade.

Casella (2018, p. 82) aponta que “a intervenção do TEA envolve diferentes esferas em círculos interconectados: atendimento em casa, atendimento na clínica, escola, orientação de pais e equipe multidisciplinar integrada”.

Assim exposto, podemos concluir a importância do acompanhamento para o desenvolvimento da criança autista, uma vez que, em conjunto com a família e a escola, esses

acompanhamentos consigam aperfeiçoar a convivência da criança com o transtorno do espectro autista quando for bem trabalhada. E a partir de planos e metas traçadas os resultados positivos sejam mais constantes e evolutivas.

Mencionando agora os tratamentos medicamentosos, Celeri (2018) diz “ por se tratar de uma condição crônica e muitas vezes incapacitante, há, justificadamente, um desejo por tratamentos farmacológicos efetivos que possam favorecer o prognóstico destas crianças e adolescentes”.

Esses desejos precoces por medicações com o objetivo de se diagnosticar a criança autista o quanto antes, pode, num futuro próximo, causar prejuízos no desenvolvimento dessa criança, levando em consideração, os efeitos que podem ser causados por qualquer medicação em longo prazo sem a devida necessidade do consumo.

Por vezes, ao notar-se a necessidade da medicação, faz-se o uso com cautela a fim de proporcionar uma qualidade de vida estável para a criança, pois “estas medicações são prescritas visando o controle de comportamentos repetitivos, irritabilidade, humor depressivo e sintomas ansiosos” assim como diz (King et al., 2009).

A escolha do tratamento correto alcança melhorias para os principais sintomas do transtorno do espectro autista como a dificuldade na interação social, impasses na fala, hiperatividade entre muitos outros, proporcionando a criança autista um convívio social mais leve e natural além de ajudar no seu desenvolvimento pedagógico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de revisão de literatura e optou-se por uma abordagem qualitativa porque assim como esclarece Boccato (2006) “a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados [...]” enfatizando o objetivo deste trabalho que visa solucionar este problema tão recorrente em nossa sociedade. Salientando a escolha de uma pesquisa bibliográfica, Gil (1994) nos esclarece que a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações. Apresenta-se neste trabalho uma pesquisa teórica, bibliográfica, com fundamento em artigos científicos, compreendidos no período de setembro de 2022 a novembro do mesmo ano, livros acadêmicos, bem como a legislação brasileira. A base dos artigos científicos foi o Google Acadêmico, bibliotecas virtuais e

físicas, onde foram selecionados vinte e seis artigos científicos, extraídos desta busca realizada a partir das seguintes palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Inclusão, Tratamentos; quatro livros acadêmicos, e dois documentos oficiais da legislação brasileira. Os critérios de exclusão das bases de dados foram artigos fora da base de dados do Google Acadêmico, publicação em sites não confiáveis e notícias em blogs não reconhecidos, já os critérios de inclusão foram àqueles artigos científicos que contavam com mestres no corpo de autores, bem como o critério de publicação em revistas acadêmicos com ISSN, além de artigos tinham como enfoque a inclusão de alunos autistas no âmbito de ensino regular, o preparo qualificado de profissionais da educação e artigos que abordassem os principais tratamentos para o autismo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para que haja uma maior compreensão, foi elaborada a seguinte tabela com todos os autores utilizados no decorrer desta pesquisa, para coleta dos dados, e posteriormente categorização, a fim de elucidar o tema dentro os objetivos traçados:

AUTOR (ANO)	2.1 Inserção do aluno com transtorno do Espectro Autista no sistema regular de ensino: especificidades	2.2 O papel do professor no desenvolvimento das crianças autistas no sistema regular de ensino.	2.3 Principais tipos de tratamentos do Transtorno do Espectro Autista.
1. American Psychiatric Association (2013)			possui foco principal nas alterações de qualidade entre a dificuldade de interação, de comunicação verbal e não verbal, os padrões restritos e repetitivos de comportamento.
2. BOSA (2002)	“Tanto Kanner (1943) e Asperger (1944) empregaram o termo para chamar a atenção sobre a qualidade do		

comportamento social que perpassa a simples questão de isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano, mas se caracteriza, sobretudo, pela dificuldade de manter contato afetivo com os outros, de modo espontâneo e recíproco”.

3. BRASIL (2008) “(...) assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino”.

4. CAMARGO et al. (2020) parece estar relacionada a pouca apropriação das professoras sobre as especificidades do TEA e conseqüentemente sobre elas não saberem o que e como trabalhar com esses alunos em sala de aula.

5. CARNEIRO (2012) Devendo a deficiência ser superada para adaptação do aluno à escola, sendo essa uma das grandes diferenças entre integração e inclusão, na última essa transformação deve ocorrer também na escola.

6. CELERI (2018) Por se tratar de uma condição crônica e muitas vezes incapacitante, há, justificadamente, um desejo por tratamentos farmacológicos efetivos que possam favorecer o prognóstico destas crianças e adolescentes.
7. FREITAS (2008) O modelo de mediação que envolve o aluno, o professor e a cultura é um modelo pertinente para a educação inclusiva.
8. FURLANETTO (2011) Na formação de professores não há diálogo em concordância com as práticas, portanto, estas ficam inalteradas. e Ao invés de basear-se apenas na teoria, a formação do docente deveria buscar a junção da teoria com a prática.
9. CASELLA (2018) A intervenção do TEA envolve diferentes esferas em círculos interconectados: atendimento em casa, atendimento na clínica, escola, orientação de pais e equipe multidisciplinar integrada.
10. GIKOVATE (2009) Para haver realmente uma inclusão escolar da criança com autismo é importante levar em consideração qual a necessidade desta criança e a partir disso deve-se fazer adaptações na sala de aula.
11. HECK (2015) Dessa forma não deve haver distinção de nenhum indivíduo inserido no ambiente escolar, para que ocorra o processo de aprendizagem da melhor forma possível.

12. KING et al. (2009)
- Estas medicações são prescritas visando o controle de comportamentos repetitivos, irritabilidade, humor depressivo e sintomas ansiosos.
13. LEITE et al. (2015)
- Na hora da escolha de uma terapia adequada para crianças com Transtorno do Espectro Autista, é preciso atentar-se uma vez que o diagnóstico deve ser concreto, requerendo uma vasta experiência clínica e capacitação do profissional.
14. LIMA (2014)
- As relações com as pessoas, por outro lado, estavam gravemente perturbadas. e O objetivo das intervenções de qualquer tipo é o de minimizar déficits com a finalidade de fortalecer as habilidades das crianças em busca de sua autonomia e qualidade de vida.
15. LOPES (2011)
- Desta forma, por meio da relação entre teoria e prática, da volta à escola, da escuta de professores e da construção conjunta, é possível pensar em uma escola inclusiva e construí-la.
16. LOPES E PAVELACKI (2005)
- Além das técnicas que se utiliza em sala, a rotina diária é muito importante na educação do autista, a qual não deve ser alterada, pois qualquer mudança pode refletir no comportamento da criança.
17. MIRANDA E FILHO (2012)
- No processo de aprendizagem, o educador precisa saber potencializar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes [...].

18. MONTENEGRO (2018) Um dos maiores desafios no tratamento da criança com transtorno do espectro autista (TEA) é a inclusão escolar.
19. MONTENEGRO E MESQUITA (2018) comunicação do paciente, sua interação com outras pessoas, sua autonomia em atividades cotidianas, habilidades motoras, sentimentos e reflexos.
20. PINTO (2021) A proposta de inclusão visa uma escola com olhar abrangente à criança como um todo, ou seja, o autista visto como uma pessoa deficiente necessitando de adaptações específicas e em reconhecimento de habilidades.
21. ROANE et al. Diversas habilidades são trabalhadas durante todo o processo terapêutico, dentre elas: os comportamentos acadêmicos que são requisitos para a escrita, leitura, interpretação e matemática; Além disso, o objetivo também é desenvolver e treinar habilidades de vida diária.
22. SALAMANCA (1994) Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a ela a oportunidade de atingir e manter um nível adequado de aprendizagem.
23. SANTOS (2008) O papel da escola quanto à investigação diagnóstica é fundamental.

24. SCARDUA (2008) A inclusão escolar só acontece quando há comprometimento de forma geral por parte da comunidade escolar, alunos, professores, pais, diretor, enfim, todos que participem da vida escolar, direta ou indiretamente.
25. OLIVEIRA (2020) O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo.
26. ORRÚ (2003) É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhem junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...].

4.1 Inserção do aluno com transtorno do Espectro Autista no sistema regular de ensino: especificidades

Nesta etapa iremos argumentar a respeito da inserção do aluno autista em salas de aulas regulares, trazendo discussões de autores sobre a perspectiva e concepção teórica acerca do primeiro objetivo deste artigo. Salamanca (1994) discorre dizendo que toda criança tem direito fundamental à educação e que a essa criança deve ser ofertada a oportunidade de manter um nível adequado de aprendizagem.

Essa colocação enfatiza a criança como sujeito de direitos. Direito fundamental à educação, proporcionando uma aprendizagem igualitária para todos os alunos independente de sua colocação ou diagnóstico. Promovendo a diversidade e a naturalização da inserção de alunos

com transtorno do espectro autista (TEA) em salas de aula regulares sem prejuízos no processo de ensino e aprendizagem com as devidas adaptações para uma educação inclusiva que trabalhe a interação social.

A respeito dessa inclusão Pinto (2021) salienta que em uma proposta de inclusão pretende-se que a escola apresente um olhar abrangente à criança como um todo, isso que dizer que o autista deve ser visto como uma pessoa deficiente necessitando de adaptações específicas e em reconhecimento de habilidades. E Heck (2015) complementa ao apontar que não deve existir distinções de nenhum indivíduo inserido no ambiente escolar, para que ocorra o processo de aprendizagem da melhor forma possível.

Em acordo com Pinto (2021) e Heck (2015) é importante frisar que adaptações no processo de ensino da criança são importantes para que durante esse processo não existam distinções e possa ser trabalhada de forma similar e inclusiva a educação no contexto pedagógico. Assim, a importância da inserção dessas crianças no contexto regular de ensino se dá a partir das melhorias resultantes do trabalho de inserção e interação social estimulado pela educação que insere e inclui as crianças autistas.

4.2 O papel do professor no desenvolvimento das crianças autistas no sistema regular de ensino.

Seguindo, no transcorrer deste artigo, foi possível concluir os seguintes resultados em relação ao segundo objetivo dessa pesquisa:

No que se refere ao papel do professor nessa etapa de desenvolvimento das crianças autistas no sistema regular de ensino Miranda e Filho (2012) pontuam que para a aprendizagem é importante que o educador potencialize a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes. Os autores acentuam a importância da autonomia que uma criança deve ter no seu próprio processo de aprendizagem. A partir do momento que a criança torna-se protagonista de sua própria aprendizagem, o ensino por parte do professor fica mais leve e o aprendizado por parte da criança fica mais claro, uma vez que ambos trabalham em conjunto visando à qualidade da educação.

Lopes e Pavelacki (2005) defendem que além das técnicas utilizadas em sala, a rotina diária é muito importante no processo educacional do autista, não devendo ser alterada, uma vez que essa mudança pode refletir no comportamento da criança.

Já sabemos que a rotina é fundamental na vida de qualquer criança, se levarmos em conta crianças autistas que dependem ainda mais de uma rotina certa, crianças que necessitam estar ciente de tudo o que vai acontecer, isso nos leva a entender que a rotina é tão essencial na vida de crianças com autismo como na vida de qualquer outra crianças. Os autores pontuam exatamente essa necessidade e importância da rotina visto que uma programação bem feita contribui para um bom andamento da aula, e um fator facilitador para o professor que consegue organizar todo o seu dia já compreendendo o momento de cada acontecimento.

Oliveira (2020) nos mostrou que o indivíduo com autismo encontra dificuldades quando ingressa na escola regular e essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. E Gikovate (2009) completa a ideia dizendo que para uma inclusão escolar realmente definitiva é importante levar em consideração qual a necessidade específica desta criança e a partir disso deve-se fazer adaptações na sala de aula, bem como nos momentos de interação social. Ambos os autores frisam a ideia de que é necessário que haja um cuidado especial e minucioso com a criança autista no que tange o seu convívio com a sociedade.

É necessário que o professor e a comunidade escolar compreendam as especificidades da criança autista, para que a partir disso, possa elaborar um planejamento incluso a fim de facilitar a inclusão no âmbito pedagógico e social. Partindo de práticas específicas que objetivam superar as dificuldades inicialmente encontradas nesses alunos assim que ingressam nas escolas.

4.3 Principais tipos de tratamentos do Transtorno do Espectro Autista.

O terceiro objetivo fala sobre tratamentos para o transtorno do espectro autista (TEA) no que tange os meios terapêuticos ou medicamentosos, e aqui iremos expor as perspectivas de alguns autores sobre esse objetivo:

Leite et al. (2015) nos aconselha que no momento da escolha de uma terapia adequada para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é necessário atentar-se levando em conta que o diagnóstico deve ser concreto, feito por um profissional capacitado. E o autor Casella (2018) complementa dizendo que a intervenção em uma criança com autismo envolve diferentes

círculos que estão interconectados, citando o atendimento domiciliar, atendimento no próprio consultório médico, atendimentos no âmbito escolar, com o acompanhamento dos pais e da comunidade escolar.

Tanto Leite et al. (2015) Casella (2018) concordam ao pontuarem a necessidade do tratamento na vida da criança autista. Leite (2015) enfoca a importância no cuidado ao escolher o profissional adequado e também o tratamento ideal para a criança autista visando à qualidade e bom resultado do processo. Por vez Casella (2018) complementam a ideia de que para a eficácia do tratamento é necessário, além da escolha do profissional e do tratamento adequado, a preocupação com os ambientes onde ocorrerão os momentos de consulta, argumentando que pode e deve haver uma flexibilização do ambiente onde é feito o tratamento, para melhor efeito resultante na criança, com o intuito de buscar lugares familiares para que não se torne algo traumático e/ou assustador para a criança.

Levando em consideração todas as nuances de um tratamento efetivo e de resultados positivos, pode-se concluir que o bem-estar da criança deve ser colocado em primeiro lugar pretendendo-se que a criança encare o tratamento como algo que some em sua vida e em seu processo de inclusão social. Os autores destacaram brilhantemente o mérito da cautela na escolha do tratamento para a criança autista, expondo o quão necessário se torna o tratamento precoce, tanto para seu desenvolvimento social como para o desenvolvimento cognitivo de todas as crianças autistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental que as crianças autistas sejam inclusas no contexto escolar, para que essa exclusão não se torne fator prejudicial na vida de tantas famílias que batalham e compreendem a importância do convívio e interação social na vida de crianças autistas que têm como principal obstáculo para a inclusão, a dificuldade em interagir com outras pessoas. A inclusão é uma ação primordial para que seja possível derrubar barreiras desse tabu que é a inserção de crianças autistas no meio escolar, social e familiar.

Adquirimos como objetivo deste artigo expor as dificuldades na inserção de alunos com autismo em salas regulares a fim de provocar a reflexão social acerca de um assunto tão importante e recorrente nos dias atuais, destacando as especificidades dessa inserção e como a

mesma impacta na vida de crianças autistas, com o propósito de conhecer mais sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas facetas para que a sociedade seja qualificada e versada sobre esse novo transtorno que vem consumindo a geração e exige da sociedade esse conhecimento para que casos que demandam a inclusão não sejam tratados com despreparo.

Foi mencionada a importância da formação do professor, visto que o educador é um dos principais mediadores – a julgar que o ambiente que demanda mais inclusão seja o ambiente escolar – portanto, deve ser um agente capacitado para essa intervenção. Compreender as particularidades para que seja possível realizar essa inserção nas salas de aula, mediando o processo de ensino aprendizagem tornando a educação da criança autista igualitária. Deste modo, capacitar os profissionais é um ato crucial para contribuir com a inclusão desses alunos uma vez que o professor e todos os profissionais escolares podem participar dessa inserção.

Notou-se que os diferentes tipos de tratamentos para o transtorno existem para que as famílias consigam compreender e lidar com a criança autista. A busca pelo tratamento ideal e qualificado para o caso específico de cada criança nos fez entender que através do tratamento também é possível promover a inclusão, pois com já foi visto, no caso de tratamento que não tem a necessidade de medicamento é possível integrar o tratamento a momentos de inserção tornando leve e comum para a criança. Portanto, podemos afirmar que a inclusão está em cada parte relacionada à criança autista, seja no contexto social por meio do conhecimento público, no contexto escolar através da qualificação profissional e também no contexto familiar a partir do momento que a família participa diretamente dos tratamentos.

Na construção deste estudo, nos guiamos pela busca de respostas a uma questão motivadora: “Como funciona a inserção dessas crianças em turmas regulares para obtenção do ensino igualitário, garantindo a inclusão dessas crianças e auxiliando no desenvolvimento social deles?”. Foi possível responder a essa pergunta, após a busca de suporte teórico a respeito da inserção de crianças autistas. Essa inserção ainda necessita muito do conhecimento público por se tratar de um transtorno pouco conhecido pela sociedade, resultando assim, no pouco entendimento do que fazer para que essa inclusão torne-se uma realidade cada vez mais frequente. Tornando-se parte desse conhecimento acrescenta-se o pouco estudo de profissionais para que se tornem qualificados e preparados para ser mediador dessa inclusão no contexto escolar.

Sobre a inserção da criança autista e suas especificidades é importante ressaltar que o conhecimento público é muito importante para que, de fato, essa inserção seja naturalizada, pois a qualificação profissional e o tratamento correto seriam em vão uma vez que a sociedade não compreende sobre o espectro, suas especificidades e como é importante para a criança autista se sentir parte da sociedade, se sentir incluída.

Diante das conclusões aqui mencionadas é possível ressaltar a dificuldade enfrentada na procura por materiais qualificados, suporte teórico enfraquecido, as pesquisas acerca do assunto ainda são poucas nos meios de busca virtuais. Fica aqui a sugestão para ampliação do assunto no que tange o Transtorno do Espectro Autista e tudo que se relaciona com a inserção de crianças autistas e a propagação da inclusão. Pesquisas científicas que podem contribuir para preparação e conhecimento de uma sociedade inteira, promovendo então a construção de uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders, 5th ed. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing; 2013. Disponível em: <https://rponu.mfa.gov.md/sites/rponu.mfa.gov.md/files/webform/pdf-diagnostic-and-statistical-manual-of-mental-disorders-5th-editio-american-psychiatric-association-pdf-download-free-book-936cd91.pdf>. Acesso em: 23 de set. de 2022.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 23 de set. de 2022.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). Autismo e educação: atuais desafios. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 22-39. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536310640/pageid/5>. Acesso em: 3 de set. de 2022

BRANDE, Carla Andréa; ZANFELICE, Camila Cilene. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista Educação Especial**, p. 43-56, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3350/3099>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

BRASIL. Lei 14254 de 30 de novembro de 2021. Diário Oficial da União. Poder Legislativo. Brasília, 01 de dezembro de 2021. Seção 1, p. 05. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14254.htm. Acesso em: 7 de dez. de 2022.

BRASIL. (1990), “Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012”. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 Dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 23 de set de 2022.

CAMARGO, SÍGLIA PIMENTEL HÖHER et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 de set de 2022.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Formação de professores: da educação especial à inclusiva- alguns apontamentos. **IN ZANIOLO, LO**, p. 7-24, 2012. Acesso em: 22 de set de 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 3 de set. de 2022.

FREITAS, N. K. (2008). Inclusão socioeducativa na escola: avaliação do processo e dos alunos. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, pp. 323-336. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/GzzYHHPnSZwxGy9CQVqSVQH/abstract/?lang=pt>. Acesso em 3 de set. de 2022.

FURLANETTO, E. C. (2011). A Formação como Possibilidade de Conhecimento e Transformação de Matrizes Pedagógicas. In: H. A. Fontoura, & M. Silva, Formação de 43 Professores, Culturas: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas (pp. 107-118). Rio de Janeiro: Anped Nacional. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/FORMA%C3%87AO-DE-PROFESSORES-ANPED.pdf#page=107>. Acesso em 3 de set. de 2022.

GIKOVATE, Carla Gruber. Autismo: compreendendo para melhor incluir. **Rio de Janeiro**, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/164060-Carla-gruber-gikovate-autismo-compreendendo-para-melhor-incluir.html>. Acesso em: 3 de set de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HECK, Giomar Maria Poletto; BATTISTI, Aline Vasconcelos. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>. Acesso em: 3 de set de 2022.

KANNER, Leo et al. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous child**, v. 2, n. 3, p. 217-250, 1943. Disponível em: http://mail.neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf. Acesso em: 31 de out. de 2021.

KING BH, HOLLANDER E, SIKICH L et al. For the STAART Psychopharmacology Network. Lack of efficacy of citalopram in children with autism spectrum disorders and high levels of repetitive behaviour. *Archives of General Psychiatry* 2009;66:583-90. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/article-abstract/210271>. Acesso em: 23 de set. de 2022.

LEITE, Ricardo; MEIRELLES, Lyghia Maria Araújo; MILHOMEM, Deyse Barros. Medicamentos usados no tratamento psicoterapêutico de crianças autistas em Teresina–PI. **Boletim Informativo Geum**, v. 6, n. 3, p. 91, 2015. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/geum/article/view/4377/3073>.> Acesso em: 24 de set. de 2022.

LIMA, Rossano Cabral. **A construção histórica do autismo (1943-1983)**. Ciências Humanas e Sociais em revista, v. 36, n. 1, p. 109-123, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rossano-Lima/publication/348169211_A_construcao_historica_do_autismo_1943-1983_The_historical_construction_of_autism_1943-1983/links/5ff214d392851c13fee75773/A-construcao-historica-do-autismo-1943-1983-The-historical-construction-of-autism-1943-1983.pdf.> Acesso em: 3 de set de 2022.

LOPES, Juliana Crespo. A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas. 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3523/1/2011_%20JulianaCrespoLopes.pdf.> Acesso em: 3 de set de 2022.

LOPES, Daniele Centeno; PAVELACKI, Luiz Fernandes. Técnicas utilizadas na Educação dos Autistas. 2004. Disponível em: http://www.educamoc.com.br/admin_blogs/assets/uploads/bfc70e185171153f359cc981d3305867.PDF>. Acesso em: 3 de set de 2022.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12005>>. Acesso em: 3 de set de 2022.

MONTENEGRO, Maria A.; CELERI, Eloisa Helena R V.; CASELLA, Erasmo B. Transtorno do Espectro Autista - TEA: Manual Prático de Diagnóstico e Tratamento. Brasil, Thieme Brazil, 2018. E-book. ISBN 9788554650827. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788554650827/>>. Acesso em: 23 set. 2022.

PINTO, Ângelo Almeida; SANTANA, Rômulo Renato Cruz. O DIREITO À EDUCAÇÃO DE AUTISTAS NAS ESCOLAS. **REVISTA A FORTIORI**, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <http://revistas.famp.edu.br/revistaafortiori/article/view/297/163>>. Acesso em: 23 de set de 2022.

ROANE HS, FISHER WW, CARR JE. Applied behavior analysis as treatment for autism spectrum disorder. *Journal of Pediatrics* 2016;175:27-32.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. **São Paulo: CRDA**, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1588295-Ana-maria-tarcitano-dos-santos-autismo-desafio-na-alfabetizacao-e-no-convivio-escolar.html>. Acesso em: 3 de set. de 2022.

SCÁRDUA, Valéria Mota. A inclusão e o ensino regular. **Revista FACEVV**, v. 1, n. 2, p. 85-90, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/amp/264610-A-inclusao-e-o-ensino-regular-valeria-mota-scardua-4-resumo.html>. Acesso em: 17 de set de 2022

ORRÚ, Sílvia Ester. A formação de professores e a educação de autistas. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 33, n. 1, p. 1-14, 2003. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/391Orru.pdf>. Acesso em: 3 de set de 2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me fazer capaz de chegar até aqui, me permitir superar meus obstáculos durante esses quase quatro anos de curso e por tornar essa conclusão uma resposta para todas as minhas orações.

Aos meus pais e irmãos que me incentivaram e me apoiaram em momentos tão difíceis, por terem sido minha base para me fazer forte e nunca desistir. Agradeço também a minha avó e também ao meu avô, Benedito Eugenio (in memoriam), que foi um grande apoiador de todos os meus sonhos, mas nos deixou em março deste ano. Levarei comigo todas as palavras de incentivo ditas por ele.

Ao meu parceiro de vida, meus mais sinceros agradecimentos por estar em tempo integral disposto a me ajudar, por muitas vezes com palavras de afeto que eu precisava ouvir, um colo e por me apoiar em todas as minhas decisões.

As minhas amigas e parceiras de curso, com quem pude compartilhar momentos de angústias e ser acalmada e incentivada, sou muito grata por cada momento de partilha.

A todos os professores que me ajudaram nessa caminhada, em especial a Me. Glauciana de Araujo Soares, minha orientadora, por sua firmeza e paciência, por enxergar em mim um

potencial que nem mesmo eu tinha conhecimento da existência. Sua orientação foi um pilar crucial para a realização deste artigo.